

## ROSAURA, A ENJEITADA (1883): EFÍGIE OU ESFINGE DE BERNARDO GUIMARÃES?

Marcus Caetano Domingos (CEFET-MG/Araxá)<sup>1</sup>

### Resumo:

No romance *Rosaura, a enjeitada*, Bernardo Guimarães teria se retratado, como estudante de direito, na São Paulo da década de 1840. Apesar de ter se retratado como um jovem *pobre* e moreno, na pele do personagem *Belmiro*, em reiteradas ocasiões BG tem sido visto como rico, e branco, até como um aristocrata. Com base em pesquisa biográfica, inédita, pretendo levantar a hipótese de que além do autorretrato, que chamou de *efígie*, Belmiro, pode haver outro, possível, ao qual denominei *esfinge*, e que estaria entranhado em meio à temática, ao enredo e seus personagens, que guardaria correlações com a vida real. O próprio escritor, em carta a um amigo, em 1883, levantou a questão. Com ironia, considerou: *será o meu busto verônica?*

**Palavras-chave:** (retrato, hierarquias, enjeitamento, busto, macabro).

Bernardo Guimarães (BG) escreveu o seu último livro - *Rosaura, a enjeitada* - no apagar das luzes. Foi uma de suas últimas publicações junta à coletânea de versos *Folhas de Outono*<sup>2</sup>, ambas do ano de 1883. O autor morreu no ano seguinte, no dia 10 de março de 1884. *Rosaura* é um romance, lembrado por retratar São Paulo, pouco antes da rápida urbanização que a cidade sofreu, na segunda metade do século XIX; também por conter um personagem no qual Bernardo se retratou, o estudante de direito Belmiro.

Certamente, *Rosaura* não é percebida como uma de suas maiores contribuições para a literatura. A respeito da obra, Wilson Martins (1996) considerou que o livro fez parte de uma série pouco inspiradas de obras, escritas no ano de 1883, das quais tomou a obra *Rosaura, a enjeitada* como exemplo, livros que, segundo o crítico, “pode-se dizer que nada tinham de novo, nem mesmo a letra do autor” (MARTINS, 1996, p. 123). Para Martins a mesma “letra” empregada por Bernardo Guimarães em *Rosaura* “era a mesma do *Garimpeiro* e d’ *A Escrava Isaura*”. O livro foi publicado pela primeira vez em 1875, pela Garnier, que também publicaria *Rosaura, a enjeitada*, em 1883. *A Escrava Isaura* conta os sofrimentos de uma bela escrava branca que vivia em uma fazenda na região norte do Estado do Rio de Janeiro, na região de Campos dos Goytacazes. Em sua

---

<sup>1</sup> Licenciado em História, UFMG, 2002. Mestre em História Social, USP, 2007. Doutorando, UNESP, Franca-SP, desde 2017. Orientadora: Marisa Saenz Leme. Contato: mcdomingos2010@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Em 1883, no volume *Folhas de outono*, Bernardo Guimarães reuniu e deu publicidade a algumas composições suas, assim como de seu falecido pai João Joaquim da Silva Guimarães, um autodidata.

adaptação para a televisão o romance, levado à tela da Rede Globo de Televisão (2013) entre 1976 e 1977, fez um estrondoso sucesso, sucesso mundial, segundo dados oficiais da emissora, tendo sido exibida em mais de oitenta países<sup>3</sup> (GLOBO, 2013, s/p.).

Com em *Escrava Isaura* o escritor buscou denunciar as mazelas oriundas da escravidão, fez duras críticas à sociedade escravista. Ambas são obras de sua *pena* abolicionista. Apesar de tratar de temas análogos *Rosaura*, a enjeitada é uma obra desconhecida, enquanto *A Escrava Isaura* é celebrada, mundialmente. Seria o caso da diferença ser devido ao fato de que as protagonistas, embora em situação análoga, logo, vivendo situações mais ou menos parecidas, guardarem grandes diferenças físicas? Uma escrava era branca, *Isaura*, a outra, nascida de ventre livre e escravizada (logo, injustamente), *Rosaura*, que era da cor do jambo. O romance *Rosaura* é obra pouco lido. Difícil de ser encontrado. É uma obra rara, senão, raríssima. Ainda não a tive em mãos. A exceção fica por conta do formato digital, no qual o romance é encontrado, disponível para baixar, sem custos. Caso do *website* mantido pelos seus descendentes, *Bernardo Guimarães, (1825-1884), vida e obra*<sup>4</sup>. A obra é pouco analisada, também na academia, em comparação com outras obras de BG.

O autor tratou seu *Rosaura*, em correspondências privadas, como um autorretrato. O autor chamou o livro de “retrato”, “busto”, “*portraiture*”, “*verônica*”<sup>5</sup>. (vero=verdade; nica=imagem). Porém, advertiu em carta ao amigo, Saldanha Marinho, “Agora, falando sério, o meu busto é verônica?” (1883). O presente artigo procura explorar a interrogação lançada por Bernardo Guimarães, e se destina a expor resultados parciais de investigações, levantadas enquanto hipóteses, a respeito da possibilidade do autor ter deixado mais de um retrato “seu” em sua obra *Rosaura, a enjeitada*, que seriam em primeiro lugar: uma *efígie*, um retrato; em segundo: uma *esfinge*, um enigma, uma charada, que, creio, seria a respeito de quem ele realmente era.

---

<sup>3</sup> “Até hoje, a novela já foi vendida para mais de 80 países. A atriz Lucélia Santos visitou muitos deles e recebeu diversos prêmios, como o Latino de Ouro, concedido pela Emissora Caracas de Rádio e Televisão, na Venezuela. Na China, 300 milhões de pessoas elegeram Lucélia a melhor atriz de 1985. No rastro do sucesso, foram vendidos 500 mil exemplares da tradução do livro de Bernardo Guimarães para o chinês. Mais de 30 anos depois da estreia de *Escrava Isaura*, a novela continua sendo comercializada pelo mundo”.

<sup>4</sup> O romance está disponível em: <https://sites.google.com/site/sitedobg/Home/downloads>. Exemplar ao qual se referem as citações contidos na presente comunicação.

<sup>5</sup> “A minha velha efígie, quero dizer retrato, (*ma portraiture*, como dizia *Balzac*)”.

Passo, adiante, a fazer a uma descrição da *efígie* contida na obra, o personagem *Belmiro*, e uma investigação a respeito de uma possível *esfinge*, contida no enredo, na temática, enfim, em todo o corpo do livro. A hipótese aventada é que a suposta “esfinge” conteria segredos que comporiam a verdadeira *alma* da obra *Rosaura* e de seu autor. São questões que envolvem os seus antepassados. A hipótese é fruto de conclusões parciais, e incompletas, baseadas em evidências e provas retiradas de pesquisas feitas em fontes primárias nos arquivos de Minas e São Paulo, em especial<sup>6</sup>.

Bernardo Guimarães estudou direito, no Largo de São Francisco, lá o mineiro formou-se na 20ª turma da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1851. Durante os anos na *Paulicéia* tornou-se “amigo inseparável” dos poetas Álvares de Azevedo (1831-1852) e Aureliano Lessa (1828-1861). Os três e outros estudantes fundaram a Sociedade Epicuréia, à qual são atribuídas “coisas fantásticas” que repercutiram na sociedade paulistana, segundo o biógrafo Basílio de Magalhães (1926). O grupo teria como inspiração o poeta britânico *Lord Byron*. O movimento fundado por eles teria gerado uma intensa e pródiga produção literária estudantil, “de acordo com a moda da época, sua iniciação nas letras fez-se pelas portas da poesia marcada pelo devaneio e pelo macabro, para mais tarde, a partir da década de setenta, lançar-se à ficção” (MIGALHAS, 2013, S/P).

Em *Rosaura*, Bernardo é *Belmiro*; Aureliano Lessa, *Aurélio*; e, finalmente, Álvares de Azevedo, *Azevedo*. Bernardo diz a respeito de si próprio, no capítulo V, que era “alto, corado, de cabelos pretos... cara de lobisomem... posto que não disforme, não era bonito; como estudante pobre, que era não podia trajar-se com a elegância e primor de seus companheiros”. A descrição é a de um jovem boêmio, embora tímido, talentoso, inteligente; porém, pobre e moreno. A personagem Adelaide, a mãe, que enjeitou a protagonista *Rosaura*, quando moça, enquanto era galanteada pelos estudantes, descreveu *Belmiro*, em resposta a uma pergunta de Azevedo, rival de *Belmiro* nas intenções românticas para com a (então) donzela. O “rapaz” era “alto, corado, de

---

<sup>6</sup> A pesquisa a respeito dos parentes de BG integra projeto de história política, visando o doutoramento, em andamento, no qual se analisa a trajetória da Junta de Governo Provisório de MG, órgão de governo provincial, de cunho eletivo, que funcionou entre 1821 e 1822, durante a Regência Pedrina. Logo, analisa a participação dos mineiros no processo de independência do Brasil.

cabelos pretos” (Belmiro)<sup>7</sup>. Ou seja, Bernardo se descreveu como um estudante talentoso, embora relapso, e, principalmente, como um jovem pobre e moreno.

Porém, não é a visão que muitos têm dele. Muñoz (2016), em sua tentativa de realizar uma leitura pós-colonialista da obra Rosaura, declarou, a respeito de seu autor, que BG, “fazendo uso de seu poder, como escritor branco, de representar, (ele) concebe e reafirma a imagem do negro como um ser inferior e apto à civilização somente por meio da mestiçagem com o branco” (MUÑOZ, 2016, pp. 63-81)<sup>8</sup>. Já, para Alves, (2010), que foi mais além em suas conclusões, haveria a “existência de um projeto político implícito nos enredos de nosso literato cuja condição de bacharel é indicativa de sua posição de classe semelhante à de muitos outros literatos” (ALVES, 2010, p. 17).

Diferentemente de seu autorretrato, o retrato traçado pelos dois pesquisadores citados, um, pinta BG como rico e branco, e o outro, como filho de família abastada. Logo, assim sendo, o pai de BG, João Joaquim da Silva Guimarães teria sido rico, como o pai dos seus colegas aristocratas da Academia Jurídica de São Paulo, e de outras elites similares, o que não é verídico. O testamento de João Joaquim prova que ele morreu velho e pobre<sup>9</sup>. Bernardo era um homem branco? Seu pai era rico? Era branco? E sua mãe? Com as primeiras pesquisas, logo percebi, no Suplemento do jornal Minas Gerais (1925) que pode ser possível que a construção da imagem de BG como aristocrata possa ter sido uma construção posterior a sua morte (Suplemento – Minas Gerais, 1925, s/p)<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Nota, a queda da donzela.

<sup>8</sup> Segundo a pesquisadora, “assim fazendo, ele marginaliza o sujeito negro no processo de construção da nação e se posiciona no centro do discurso”.

<sup>9</sup> AHMI. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa do Pilar. Testamento. Ficha 485 – Códice 350 – Auto 7299 – ano 1858 – 1º. Ofício. João Joaquim da Silva Guimarães – Testamenteiro Antônio José da Silva. “*O que tenho livre he unicamente a Pensão do Monte Pio dos Servidores do Estado, que he metade de 1:650\$000 reis, as quaes se repartirão com as quatro filhas, com o meu filho Lourenço por ser inepto, e nervoso, sendo sua Tutora minha filha Izabel, que receberá com o seu quinhão o que lhe couber para o sustentar, e vestir...Dei de dote o que pude as filhas primeiras... e com os Filhos Doutores, e Padre o que pude, e minhas molestias já de annos, e a carestia dos viveres, e pouco ganho, me fizeram grande empenho. Meus filhos não farão questão sobre o que dei as filhas, antes, e depois da morte da minha mulher, porque se o fizerem terão de pagar tudo quanto fico a dever. Devo figura meu Cunhado o Cura do Sacramento na Corte, o Conego da Capella Imperial o Snr. Antonio Joze da Silva a quem muito rogo seja meu primeiro testamenteiro, e queira pela amizade que temos aceitar, e fazer-me esta esmolla ultima pelo Amor de Deus, e para sucego de minha consciência, e salvação de minha Alma, cumprindo o que lhe deixo em carta fechada, e vendendo as casas, única couza que deixo, para pagamento dos meus credores*”.

<sup>10</sup> Em 1925 já havia quem notasse, na imprensa mineira, que estava acontecendo uma construção em torno de sua riqueza, de sua posição social, o que seria fruto de sua fama de boêmio, “mas Bernardo deixou umas obras literária vultosa; viveu com poucos recursos e não deixou uma só dívida. Aí está: sua enorme boêmia é apenas uma lenda!”. Fonte: <https://sites.google.com/site/sitedobg/Home/biografia---livro/ultimas-producoes>, acesso: 29/09/2017.

Segundo Flávio Heinz (2006), as elites não são apenas econômicas. Nem sempre alguém que ocupa um espaço político, ou social, ou literário, caso do Brasil, que emergiu de uma hierarquizada de sociedade de Antigo Regime, em situação colonial, na qual pesou por quase quatro séculos o escravismo, é rico, é oriundo de famílias ricas. É complexo e vago, apenas classificar como sendo da elite alguém que está no topo de algum grupo que detém poder, influência, privilégios. Antigamente, na historiografia, isto foi muito aceito, e muito se escreveu sobre as elites, de uma forma heróica e heroicizante. Atualmente, outra história das elites, segundo Heinz, estaria sendo buscada, e nela, o objetivo seria encontrar regularidades, sinais comuns, condicionamentos sociais e culturais na vida de homens e coletividades (HEINZ, 2006, p. 8). Iniciei as pesquisas biográficas a respeito dos parentes de BG, especificamente, a respeito de seu pai e tio, justamente pela razão apontada por Heinz, para encontrar regularidades no grupo junto ao qual os dois parentes de BG, participaram na eleição da Junta de Governo Provisório da província de Minas, eleita em 20 de setembro de 1821<sup>11</sup>.

A chave para as descobertas a respeito da família de BG foi a pesquisa envolvendo a ordenação de seu tio, o padre Antônio José da Silva. A ela fui remetido procurando respostas para uma compreensão a respeito do grupo dos *Constitucionais*, ou *Cidadãos*, ao qual me referi, logo acima. Desde o mestrado (2007)<sup>12</sup>, quando analisei a participação do maior rival do padre Antônio, o padre Hermógenes, vigário de Desemboque, no processo de crise política em Minas, já havia percebido que faltavam dados importantes na biografia do tio de BG (DOMINGOS, 2007).

Não há dados a respeito do nome de sua mãe. De sua idade, do local e data de seu nascimento, sendo incertos, o local e a data de sua morte. Não havia nada a respeito de seu pai e dos avós. Afinal, era irmão do pai ou da mãe de BG? Eram informações importantes para saber a respeito do calibre social dos dois parentes, João Joaquim e Antônio, seriam irmãos ou cunhados os dois *Cidadãos*. A dificuldade de biografá-los é imensa.

---

<sup>11</sup> Tenho motivos para crer que os dois podem ter tomado parte em um grupo formado por homens de setores médios da sociedade mineira, que na ocasião se autointitulavam *Constitucionais*. Trabalho com a hipótese de que na ata da eleição eles podem ter sido registrados como *Cidadãos*. Investigo se o grupo era composto por pessoas de médio estrato social, padres, militares, funcionários públicos, que não seriam ricos, e que, talvez, pudessem ser mestiços, pois a questão da exclusão dos mesmos foi aventada, e politizou-se, durante o processo de crise política, em MG, entre 1821 e 1822.

<sup>12</sup>

O processo de ordenação de Antônio José da Silva não foi fácil de ser reunido, pois não havia informação a respeito de sua ordenação. Ele se deu em duas etapas, em lugares distintos. Teve início em São Paulo, em 1817, e foi complementado em Mariana, em 1818. Em São Paulo houve a presença de uma “Carta de Segredo”, que foi lida, segundo consta, mas que não integra o processo. Através dela a cúria paulista foi informada que constava “Grave impedimento no Bispado de origem”, ou seja, em Minas, no bispado de Mariana. Antônio declarou ter nascido em Vila Rica, não disse quando, e disse ser filho de pai incógnito e de Maria Caetana de Oliveira. Processo não revelou idade de sua mãe. Antônio confessou que havia graves impedimentos à sua ordenação, no *caput* de seu processo de ordenação, nos seguintes termos:

*“Diz Antônio José da Silva natural de Villa Rica, Bispado de Mariana, morador nesta Cidade, onde está compatriotado pela sentença junta, filho de Pai incógnito, e de Maria Caetana de Oliveira exposta, neto tanto paterno, como materno de Avós incógnitos, que elle tem muita vocação ao Estado Sacerdotal, e para o conseguir deseja ser admitido as deligências de genere nesta Cidade onde tem testemunhas, visto notório impedimento, que há no seu Bispado, ficando deste modo izempto das deligências das origens, e das competentes Certidoens.*

O que, à primeira vista, nos pareceu um contracenso, pois a Constituição Primeira do Arcebispo da Bahia, do ano de 1703, lei que geria as ordenações, prescrevia rigorosa inquirição, justamente, para que se soubesse se havia impedimentos às *desobrigas* dos habilitandos à ordenação. O habilitando Antônio confessou vários impedimentos.

Antônio confessou que não era filho legítimo, que desconhecia o nome do pai; que era neto de avós incógnitos; que sua mãe fora uma exposta, uma criança enjeitada. Pela primeira vez o tema da obra Rosaura, *a enjeitada* veio à baila, e por conhecê-la, pelo menos a sua existência, o enjeitamento confessado foi algo que chamou a atenção. Imediatamente li a obra<sup>13</sup>. Não representa nenhuma surpresa que Antônio tenha sido habilitados, mesmo pesando contra ele tão sérios impedimentos. Segundo Augustin Wernet (1987), Dom Mateus de Abreu Pereira (1795-1824), o bispo de São Paulo no período da ordenação do habilitando Antônio, seria “relaxado com as desobrigas, ordenando pessoas com graves impedimentos ou sem vocação” (WERNET, 1987). Pois

---

<sup>13</sup> As etapas seguintes da pesquisa biográfica já aconteceram de posse das informações contidas no romance, que passou a servir de uma espécie de guia para determinadas pesquisas pontuais. Logo, fui notando correlações, coincidências entre a trajetória familiar e dos personagens femininos do livro, em especial, a questão do enjeitamento e dos preconceitos de cor-raça. Estigmas decorrentes da escravidão.

foi justamente o caso, mesmo com os graves impedimentos que Antônio confessou o habilitando saiu ordenado de São Paulo em 1817.

Em 1818, já no bispado de Mariana, na segunda parte de sua ordenação, o padre Antônio entrou com uma petição, no dia 22 de janeiro, para que pudesse “usar de Suas Ordens depois de Cumprir a penitência que esta fazendo, o que por isto necessitaria constituir Seo patrimônio nos bens constantes do papel junto, que lhe fez Sua Mãe”<sup>14</sup>. Ou seja, tinha já as ordens menores, era padre, mas não presbítero; e, desejava alcançar o presbiterato.

Na verdade, penso que parece haver mais questões sendo resolvidas no processo, mesmo que de forma não assumida. Tive a sensação de que foi empregado um esforço no sentido de perfilhá-lo, e de informar a respeito de sua parentela na segunda parte do processo de *Genere et Moribus*. Ela repassou patrimônio ao filho, com a anuência da irmã, Constança Beatriz de Oliveira e de seu marido, João Joaquim da Silva Guimarães<sup>15</sup>. Com o documento de 1818, primeiramente, descobri que Antônio e João Joaquim eram cunhados, não eram irmãos, conforme pensei inicialmente. Descobri que a mãe de Bernardo, Constança Beatriz de Oliveira, era a irmã do padre. Primeira dúvida desfeita. Porém, foi também desfeita parte da reputação de “Dona” Constança. Segundo consta são poucas as informações disponíveis respeito das origens de Constança, e as que existem, possivelmente, ao que indicam as fontes de Kléberson Alves (2010), tem base na memória familiar, que considerava era “D. Constança Beatriz de Oliveira, filha de abastados lusitanos de Bragança. Senhora culta e de rígidos princípios morais” (ALVES, 2010, p. 18).

O prosseguimento da pesquisa em direção aos antepassados de BG revelaria mais ainda. Apareceu em 1818 o nome da avó do habilitando, a mãe de sua mãe, Thereza de Jesus de Oliveira, que trouxe à baila novas questões. Havia mais infrações, ou furos, nas desobrigas realizadas durante sua habilitação de Antônio. De seu testamento retirei a informação de que era filha de pai incógnito e que sua mãe era Catharina de Oliveira, *parda e forra*<sup>16</sup>. Thereza havia falecido em 1814, seu

---

<sup>14</sup> AEAM.

<sup>15</sup> Conforme comprovou em suas pesquisas Anderson José Machado de Oliveira, a ordenação era um investimento familiar, e não individual, suas benesses, sejam as simbólicas, ou as concretas, atingiam o grupo, que investia na ordenação. A ordenação do “Vigário Silva” corrobora sua teoria.

<sup>16</sup> Thereza de Jesus de Oliveira que em 1814 havia em testamento (AHMI – Casa do Pilar – Testamento Ficha 803 Códice 416 Auto 8254 ano 1814 – Tereza de Jesus Oliveira – Testamenteiro Cap. João

testamenteiro foi o marido de sua neta Constança Beatriz, João Joaquim da Silva Guimarães<sup>17</sup>. Confessou, no leito de morte, que enjeitara dois filhos, enquanto solteira<sup>18</sup>. Logo, a mãe do habilitando tinha um irmão. O nome do seu tio era Manoel Pereira de Oliveira Rocha. Formava-se para o habilitando uma grande parentela, uma grande mudança em relação ao que ele declarou em 1817.

Com Thereza o escritor Bernardo Guimarães se tornou, de forma documentada, creio, um afrodescendente. Em toda a ordenação, em 1817, e em 1818, nos dois processos de *Genere et Moribus*, havia notado a ausência do tema cor-raça, a respeito do habilitando. A declaração de sua avó constituía mais um notório impedimento que pesava sobre o habilitando e sobre as gerações que o precederam. Porém, não era incomum a ordenação de padres de cor, conforme tem comprovado repetidamente Anderson Oliveira (2008). Porém, os habilitandos pediam a “dispensa do defeito de cor”, e isto não foi feito, nos dois processos de Antônio (OLIVEIRA, 2008, p. 1).

Maria Caetana se autodeclarou branca, em 1818. Sua mãe, Thereza foi de irmandade que só aceitava mulheres brancas, a Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, à qual pertenceu, segundo informou em seu testamento. Ao que parece, o pai de BG tinha condições parecidas, ele era irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, informa seu testamento. A ordem, teoricamente, era restrita aos brancos e abastados. É difícil fazer conjecturas a respeito das condições, e qualidades de João Joaquim, são poucas as informações disponíveis<sup>19</sup>. Seu testamento nada informa, consta apenas que havia sido batizado na Matriz de Nossa Senhora, na cidade de Sabará, e que os seus pais

---

Joachim da Silva Guimarães. Contribuição de Estevam, historiador de Mariana-Ouro Preto, contratado para realizar a busca nos arquivos da região. Ele buscou, ainda, em Catas Altas-MG, a certidão de nascimento de Thereza, que nasceu no ano de 1735, vindo a falecer em 1814, logo, com 79 anos.

<sup>17</sup> *Declaro que sou natural da Freguezia de Nossa Senhora da com.<sup>cam</sup> da Catas Altas termo da Cidade de Mariana filha natural (mãe solteira) de Catharina de Oliveira já falecida, e ser posto fui cazada com Manoel Vieira da Cunha já falecido contudo delle não tive filhos, mas sim no Estado de Solteira tive dois filhos de nomes Manoel Pereira de Oliveira e Maria Caetana, e posto que fossem Baptizados como expostos com tudo os reconheço por meos filhos e como taes os instituo por meos universaes herdeiros.* Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa do Pilar. Testamento. Ficha 803 Códice 416 Auto 8254 ano 1814 – Contas [de testamento - testamentaria]. Thereza de Jesus Oliveira – Testamenteiro Cap. João Joaquim da Silva Guimarães.

<sup>18</sup> AEAM. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Batismos – Catas Altas – 1730-1742. [fl. 44]. Aos tres dias domes de Março de mil, e setecentos, e trinta e sinco annos na pia baptismal desta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas...baptizou, e poz os Santos Oleos à Thereza filha de pay incognito, e de Catherina de Oliveyra parda forra, e forão padrinhos o Sargento Mor Manoel Ferreira Pinto, e Thereza Jozefa da Cunha mulher de Francisco Viegas de Brito.

<sup>19</sup> Há quem desconfie, e que avente a possibilidade de que João Joaquim (também) tenha sido mestiço. Desconfia-se que seu pai pode ter sido um português, e sua mãe, sua escrava. Certo colega pesquisador me confessou nutrir tal desconfiança, pois havia indícios no sentido. Quais? Não revelou em seu email. Foram indícios que havia reunido em sua pesquisa de doutorado, já concluída.

já não existiam, que tinha 78 anos de idade. Logo, ele nasceu por volta de 1780<sup>20</sup>. Se não houvesse razões para negar informações a respeito do nome dos pais, por que ele teria agido de tal maneira? A sua atitude alimenta as desconfianças a respeito da possível origem “impura”.

A lei impedia a ordenação de “impuros”. Segundo Renato Pinto Venâncio, a legislação eclesiástica não ajudava os abandonados que pretendessem seguir a carreira eclesiástica. Antônio fora abandonado pela mãe? É possível. É o que se deduz de outra ação de João Joaquim como testamenteiro de Thereza, avó de sua esposa. Segundo Renato Pinto Venâncio (2002), até mesmo para a primeira tonsura a Igreja exigia que se investigasse a limpeza de sangue do candidato. Conforme visto, isto não fora um impedimento para Antônio, em São Paulo, em Mariana (VENÂNCIO, 2002, p. 138)<sup>21</sup>. Um caso particular analisado por Anderson Oliveira (2008) contém uma declaração de autoridade eclesiástica, expressa e literal, a respeito do que foi considerado por Renato Pinto Venâncio (OLIVEIRA, 2008, p. 2)<sup>22</sup>.

No dia 28 de setembro de 1813, João Joaquim da Silva Guimarães deu entrada no Senado da Câmara de Vila Rica em uma cobrança, feito em nome de sua representada, Thereza de Jesus de Oliveira, para receber pela criação de nove crianças enjeitadas. Tanto o serviço como a cobrança pelo mesmo era algo comum no período. Há uma coincidência entre os nomes dos expostos listados na cobrança feita à Câmara de Vila Rica e os nomes dos filhos conhecidos de Maria Caetana: Antônio e Constança Beatriz, assim como de outro possível irmão, Carlos José da Silva. As crianças criadas eram: Antônio, Francisco, Joaquim, José, Camillo, Luís, Beatriz, Francisca e Ana. Não

---

<sup>20</sup> Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa do Pilar. Testamento. Ficha 485 – Códice 350 – Auto 7299 – ano 1858 – 1º. Ofício. João Joaquim da Silva Guimarães – Testamenteiro Antônio José da Silva.

<sup>21</sup> VENÂNCIO. *Op. Cit.* Venâncio lembra que se devia investigar se o mesmo tinha ascendência moura, judaica ou negra, consideradas como/ de raças infectas, conforme visto, na letra da lei. Obviamente, a “exigência da filiação legítima consistia em uma barreira para o ingresso na carreira sacerdotal para os filhos de pais desconhecidos”. Porém, segundo o mesmo, como acontecia em várias esferas da vida colonial, a lei não era cumprida com muito rigor pelos responsáveis e dirigentes dos seminário. P. 38.

<sup>22</sup> OLIVEIRA. Segundo consta em caso estudado pelo pesquisador o provisor do bispado (RJ), Francisco Gomes Villasboas, teria despachou favoravelmente a pedido de habilitando “de cor”. Teria aelagado que “não via contra o suplicante nenhuma outra irregularidade senão a do “defeito da cor”. Afirmava, que embora o Direito Canônico repelisse os neófitos recém convertidos à fé católica, este não era o caso (de José Maurício); além do fato de a mesma legislação abrir espaço para admitir ao sacerdócio aqueles que, mesmo neófitos, dessem provas de sua perseverança, de boa conduta e observância das leis e preceitos da Santa Madre Igreja. Argumentava que embora as Constituições da Bahia levantassem o impedimento do “defeito da cor”, elas eram somente diretivas e não preceptivas ao Direito Canônico e que, portanto, a dispensa podia ser dada (ACRJ – HS, 1791). 2p”. OLIVEIRA, *Op. Cit.* P. 2.

está descartada a hipótese de que no criadouro de crianças de Thereza de Jesus de Oliveira, tenham sido criados os netos, enjeitados pela sua filha Maria Caetana de Oliveira.

O fato de ter um verdadeiro “criatório de enjeitados” cria uma correlação, inicialmente, bastante vaga, mas possível, entre Thereza e a personagem do romance *Rosaura*, a enjeitada, a velha Nhá Tuca, que tinha um “criadouro de escravos”<sup>23</sup>. Há uma série de coincidências entre as trajetórias de ambas. Nhá Tuca gozava “de respeito e consideração entre a vizinhança, e era tida em conta de uma boa honesta senhora, reputação que devia mais aos seus haveres do que a qualidades reais”. (*Rosaura*, Volume I. P.135). Porém, não era a pessoa que a sua boa reputação podia deixar a entender. Foi ela que trocou *Rosaura*, nascitura, e enjeitada, pelo bebem, natimorto, de uma escrava sua. A sua “boa reputação” lembra a de Thereza, a avó de Antônio, que, irmã terceira da Ordem do Carmo<sup>24</sup>, enquanto solteira, expôs dois filhos. Ambas, apenas no leito de morte, assumiram e, em parte, desfizeram seus malfeitos<sup>25</sup>.

Em uma carta BG declarou ao se amigo Saldanha Marinho, a respeito de sua obra, *Rosaura*, “estamos outra vez às voltas com os parentes (que parentalha aborrecida!) Aristóteles, Sardanapalo<sup>26</sup>, Castro Urso<sup>27</sup>, Inês de Castro<sup>28</sup>, Camões, D.

---

<sup>23</sup> “O lucro mais avultado provinha da venda das ‘crias de suas sete escravas...de forma que seu estabelecimento se podia chamar de um viveiro de escravos”. *Rosaura*, Volume I. P. 136

<sup>24</sup> “O meo funeral a sua eleição na Capella da Ordem 3.a do Carmo desta V.a onde sou Irmã”;

<sup>25</sup> CMOP, Cx. 82, doc. 46, em 28-04-1813, seu testamenteiro João Joaquim da Silva Guimarães apresentou uma cobraça pela criação de enjeitados à Câmara de Vila Rica, junto a uma lista dos enjeitados criados por ela: Antônio, Francisco, Joaquim, José, Camilo, Luís, Beatriz, Francisca, Anna. Há uma cobraça anterior, de 1811. “Requerimento de Thereza de Jesus de Oliveira sobre a emissão de certidão de pagamento pela criação de expostos”. 20-11-1811. CMOP. APM.

<sup>26</sup> Sardanápalo (em grego: Σαρδανάπαλος; transl.: *Sardanápalos*; em latim: *Sardanapalus* ou *Sardanapallus*) foi, segundo o autor grego Ctésias de Cnido (século V a.C.), o último rei da Assíria, uma distinção que é atualmente atribuída a Assurballit II (612–609 a.C.). A obra *Persica*, onde Ctésias menciona Sardanápalo, não chegou aos nossos dias, mas é conhecida através de compilações posteriores e da obra de Diodoro Sículo (II.27; século I a.C.). Segundo os escritos deste último, Sardanápalo teria vivido no século VII a.C. e é retratado como uma figura decadente que passou a vida em autoindulgência e morreu numa orgia de destruição. O nome é provavelmente uma deturpação de Assurbanípal, o último soberano do Império Assírio, que reinou entre c. 668 e 627 a. Fonte: wikipédia.

<sup>27</sup> Castro Urso era uma pessoa com demência mental que vivia pelas ruas do Rio de Janeiro, onde morou BG. Era um tipo popular, segundo Melo Moraes Filho, era “bizarro e monstruoso”. Faleceu no dia 21 de setembro de 1889, aos 60 anos de idade. Fonte: Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Por Magali Gouveia Engel, pp. 26-27.

<sup>28</sup> Chamo a atenção para duas figuras, Inês de Castro, que aparece no bilhete, em um trocadilho com o nome Castro Urso. Inês de Castro, vítima de famosa, triste e ilustre tragédia, real, sem trocadilhos, ocorrida na história da monarquia portuguesa. Morta por ordem do rei D. Afonso IV, pai de seu amante, o herdeiro Príncipe D. Pedro, futuro monarca D. Pedro I, de Portugal, é claro. Após a morte da amante, aia da corte, mãe de quatro filhos seus, o príncipe, duas vezes viúvo, esposa e amante haviam morrido, alguns

Quixote, Gambetta, o Padre Fidélis da Caderneta, Sancho Pança, Mefistófeles e Fausto, Lord Byron e a minha reverendíssima pessoa.”

A conjugação dos significados das trajetórias de vida dos três citados em destaque, deixa uma mensagem subliminar, a de que Bernardo confessou em *Rosaura*, todas as suas mazelas. Gerações de ilegitimidade. A origem no cativo. A vergonha. O opróbrio. É o que o unia ao caso de Inês de Castro. *Rosaura* é sua declaração de Cantanhede, só que ao contrário. Como Sardanápalo, Bernardo demonstra autoindulgência durante toda a correspondência, e também em *Rosaura*, sua orgia de autodestruição seria, então, *Rosaura*. O livro seria um anagrama, um anagrama de seu retrato. Um antibusto. Bernardo usou a loucura, como Castro Urso, para defender-se, dizer a verdade, o que somente fazem os loucos, as crianças e os tolos. Para dizer a verdade, que é feia, como o era o louco Castro Urso. Feio, torto, anômalo. Segundo Santos (2009), o grotesco está presente na obra poética do autor (SANTOS, 2009, p. )<sup>29</sup>. Somente não há exemplo algum em sua análise. O caso acima é um belo exemplo de uso do grotesco, em sua correspondência. É um indício do uso do mesmo, na construção da esfinge, a verdade escondida atrás do absurdo.

Vale para sua família o que BG escreveu ao amigo Saldanha Marinho, em frase pilhérica, aqui sendo aproveitada, fora do contexto da frase original, porém cheia de significado, e correlação como o tema do livro, do retrato da família, do país. “Pobres mortais! Infeliz mundo! Desgraçada Pátria! Mísero gênero humano! Infelizes pais!... Miserandas mães, Tristes filhos!...”.

### Referências bibliográficas

- ALVES. Kléber da Silva. “Por que não libertaram esta menina?: discurso emancipacionista e perfil do liberto ideal no romance *Escrava Isaura*. Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (PPGHIS/UNEB), 2010.

---

anos após ter sido coroado rei, em junho de 136057, fez a declaração de Cantanhede, legitimando os filhos ao afirmar que se tinha casado secretamente com D. Inês, em 1354, em Bragança.

<sup>29</sup> “Esta recorrente categoria estética, presente em muitos de seus poemas, surge normalmente sob forma de imagens estranhas e inesperadas que sugerem um universo lírico extravagante e rebelde, muitas vezes, oposto às convenções estéticas tradicionais”. Embora se note a presença da palavra “grotesco” no título, salvo estar enganado, não encontrei nenhum exemplo da aplicação do conceito à obra de BG. Os exemplos acima, contidos na carta, em meu entendimento, seriam uma grande mostra, de seu senso byroniano, de seu humor macabro, de sua inteligência e vasta cultura.

- DOMINGOS, Marcus Caetano. *D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822*. Mestrado em História Social) Dissertação. São Paulo. USP, 2007. IDEM. *A “deputação de Minas Gerais” de 15 de fevereiro de 1822 - um fato histórico em discussão*. Comunicação. ANPUH/Brasília, 2017.
- GLOBO, Rede. Notícia: “Você sabia que Escrava Isaura já foi exibida cinco vezes na Alemanha?”. Fonte: [http:// redeglobo.com](http://redeglobo.com). Acesso em 29/09/2017.
- HEINZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência brasileira*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. Volume IV (1877-1896).
- MIGALHAS. “Bernardo Guimarães - um discípulo de Byron no sertão: Bernardo Guimarães estudou Direito no Largo de São Francisco, ambiente que lhe seria propício para o desenvolvimento da literatura”. Migalhas, Revista digital, Nº 4206, dia 27 de novembro de 2013. Fonte: <http://www.migalhas.com.br>, ISSN 1983-392X, ACESSO EM 29/09/2017.
- MINAS GERAIS, Jornal. *Suplemento*, nº 197, 1925, Belo Horizonte.
- MUÑOZ, Juliana Fillies Testa. *Repensando a identidade nacional: uma leitura pós-colonialista de B.G*. Universität zu Köln. Caligrama. Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 63-81, 2016.
- OLIVEIRA, Anderson. *Suplicando a “dispensa do defeito da cor”: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII*. (Comunicação). ANPUH-RJ, 2008, 8p.
- SANTOS, Fabiano Rodrigo da Silva. *Lira dissonante: considerações sobre aspectos do grotesco na poesia de Bernardo Guimarães e Cruz e Sousa*, (tese de doutorado), Pós-graduação em Estudos Literários - FCLAR, Araraquara, 2009.
- INFÂNCIA E POBREZA NO RIO DE JANEIRO, 1750-1808. Renato Pinto Venâncio. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 129-159, 2002. Editora UFPR.
- WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.